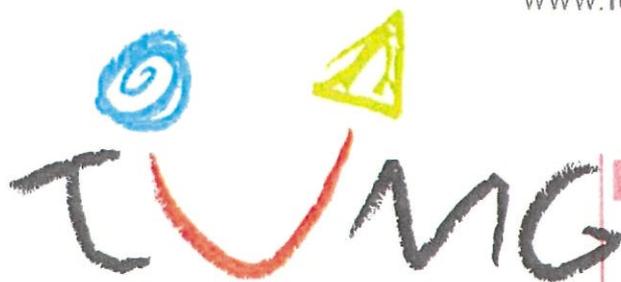


www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

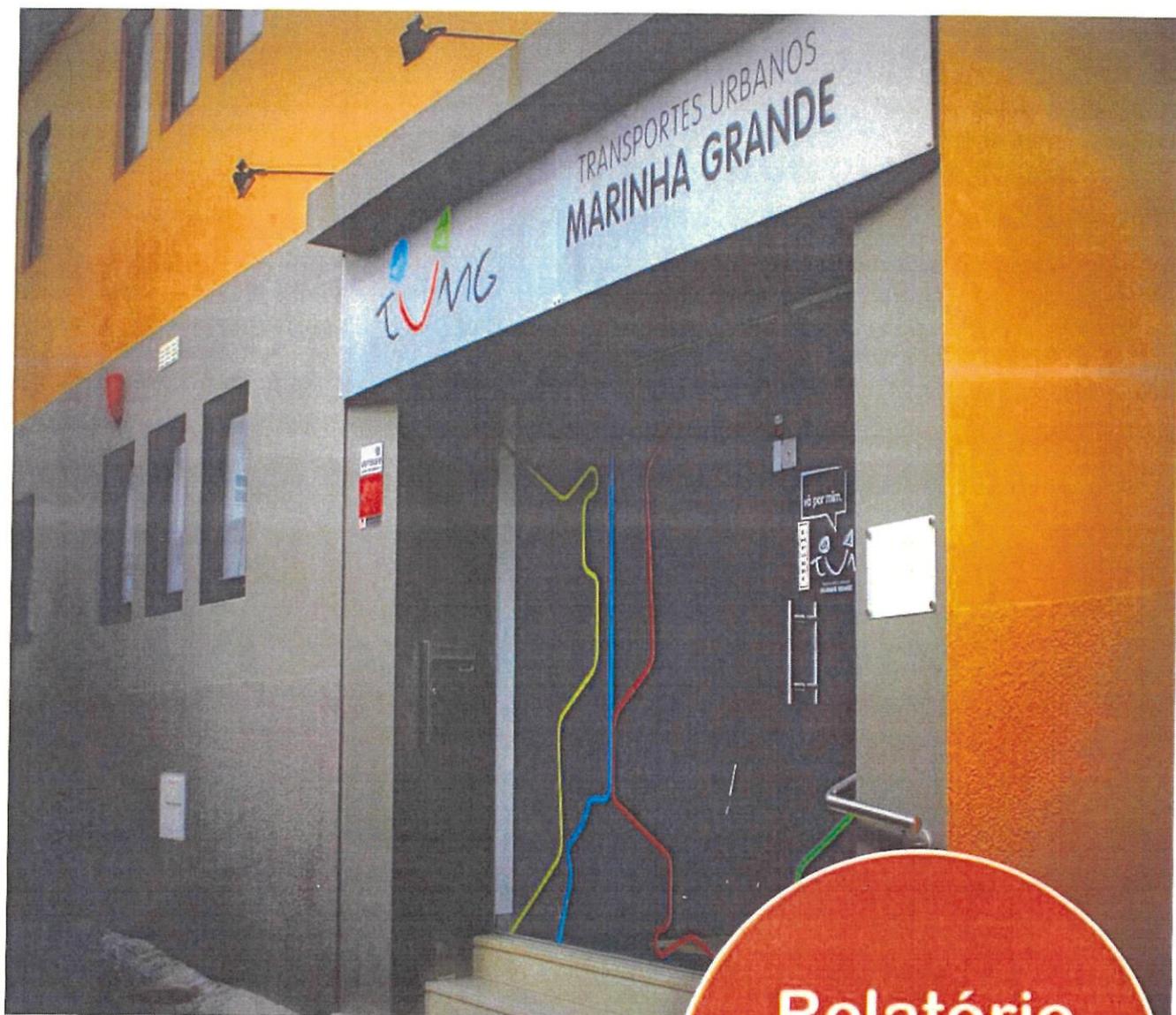
PRESENTE

EM REUNIÃO DE:

19 ABR. 2018

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2017

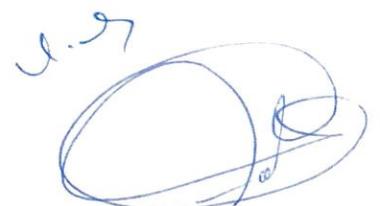


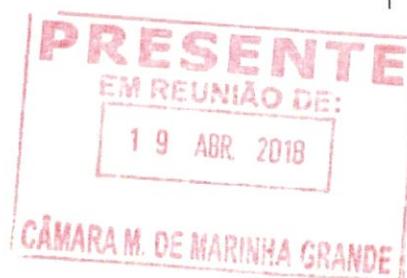
**Relatório
de Gestão
e Contas**



Índice

Relatório de Gestão	3
Balanço	23
Demonstração de Resultados	24
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	25
Demonstração de Fluxos de Caixa	26
Anexo	27
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	





TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

A. RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO: 2017



1. Nota Introdutória

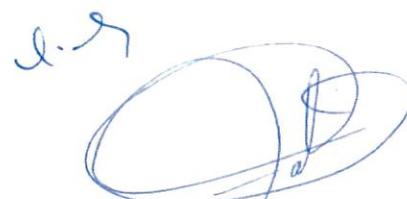
A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão e contas, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 15.º n.º 1 alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º 1 alínea d) da citada Lei n.º 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2017.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.



2. Enquadramento Económico

2.1. A Nível Internacional



A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê um crescimento da economia mundial de 3,5% em 2017 e 3,7% em 2018, ressalvando, no entanto, que em 2019 deverá desacelerar. Nas projeções, a organização mantém o crescimento económico para 2017 em 3,6% e aumenta a estimativa para 2018, de 3,6% para 3,7%.

No relatório semestral de estimativas da OCDE, a economista-chefe da organização, Catherine Mann, reconhece os sinais positivos, como a recuperação do investimento das empresas, mas considera que esse efeito positivo não se prolongará até 2019, quando a economia deverá desacelerar (3,6%). Considera ser importante que os governos executem mudanças políticas mais profundas para canalizar investimento, produtividade e os aumentos salariais, a fim de alcançar um crescimento mais inclusivo.

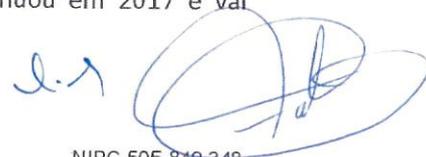
Aquela organização realça ainda o facto de ainda não se terem alcançado os níveis de rendimento per capita registados antes do início da crise, em 2008, apesar do crescimento económico.

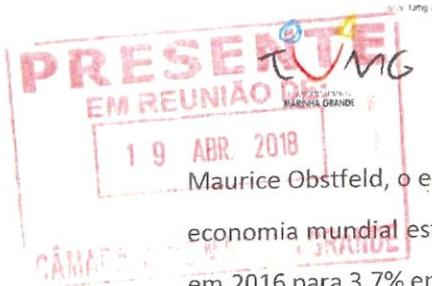
Nas projeções, as maiores subidas são as da zona do euro, de 2,4% em 2017 e de 2,1% em 2018. Quanto aos Estados Unidos, as perspetivas registam uma ligeira melhoria (2,2% em 2017 e 2,5% em 2018), as do Reino Unido confirmam a tendência de queda, um décimo mais, até 1,5%, e um ligeiro aumento de dois décimos em 2018, até 1,2%, devido ao impacto positivo resultante do período de transição para a saída do Reino Unido da União Europeia, acordado entre Londres e Bruxelas.

Devido ao setor de serviços e de algumas indústrias estratégicas, a China também melhora as estimativas com um aumento do PIB em 2017 de 6,8%, dois décimos mais, e 6,6% em 2018, também dois décimos acima.

Uma das grandes preocupações da OCDE, continua a ser o endividamento no setor privado e nas famílias.

Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas no *World Economic Forum* (WEO), a aceleração do crescimento económico mundial continuou em 2017 e vai prosseguir nos próximos anos.





Maurice Obstfeld, o economista-chefe do Fundo, considera que com o início do ano de 2018, a economia mundial está a ganhar velocidade. O crescimento anual do PIB global subiu de 3,2% em 2016 para 3,7% em 2017 e deverá continuar a acelerar para 3,9% em 2018 e 2019, segundo a atualização das projeções divulgadas pelo WEO.

De referir, no entanto, que apesar do otimismo desta aceleração, o ritmo ainda ficará aquém do crescimento superior a 5% em 2010 e a 4% em 2011, após a recessão de 2009.

A revisão em alta para 2018 e 2019 deve-se à subida das projeções de quatro economias do G20, Alemanha, Arábia Saudita, EUA e México.

O FMI subiu em 1,1 pontos percentuais as projeções para os dois anos nos casos da Arábia Saudita e do México e em um ponto para a Alemanha e os EUA, o que será positivo para a economia portuguesa, visto que estes últimos países são o terceiro e o quinto destino das exportações portuguesas.

O choque fiscal da Administração Trump deverá ter um efeito positivo global até final de 2020, devido ao peso elevado da contribuição do crescimento nos EUA para a dinâmica mundial. Estima-se que esse efeito seja positivo até 2020, culminando em 1,2%, com a probabilidade dos efeitos negativos surgirem a partir de 2022.

Obstfeld alerta, no entanto, para os riscos a monitorizar, como um abandono menos gradual da política monetária expansionista dos principais bancos centrais do mundo e a vulnerabilidade dos mercados financeiros perante uma súbita subida dos juros, riscos políticos consequentes de uma mudança para modelos de governo mais nacionalistas ou autoritários, e também eventos climáticos extremos.

A dinâmica anual do comércio internacional, que subiu de 2,5% em 2016 para 4,7% em 2017 e que se deverá manter acima de 4% nos dois anos seguintes, alimenta o otimismo atual.

O desafio para esta dinâmica é o fracasso dos esforços de cooperação multinacional. Para o FMI, esta cooperação é absolutamente vital e pode ser ameaçada pelo “aumento das barreiras ao comércio e o realinhamento dos quadros de regulamentação”.

Numa visão de médio prazo Obstfeld considera que: “O momento presente reflete uma confluência de fatores que é pouco provável que dure por muito tempo. O nosso ponto de vista é que a atual recuperação, ainda que bem-vinda, é pouco provável que se torne no ‘novo normal’. Enfrenta perigos de médio prazo que crescerão com o tempo. Constatamos várias



razões – em certa medida, refletidas nas nossas projeções de médio prazo – para duvidar da durabilidade do momento atual. A próxima recessão poderá vir mais cedo do que se espera e as munições para a combater são muito mais limitadas do que há uma década atrás, sobretudo porque as dívidas públicas estão muito mais elevadas. O maior risco de todos talvez seja a complacência, por isso, os responsáveis políticos deverão olhar para além do curto prazo. Agora é a altura de criar amortecedores, reforçar as defesas contra a instabilidade financeira, investir em reformas estruturais, em infraestruturas produtivas e nas pessoas”.

Em suma, o FMI recomenda que aos responsáveis políticos devem aproveitar o atual momento de juros baixos e mercados calmos, para aumentar a competitividade e a produtividade e baixar a dívida.

O relatório semestral "Perspetivas Económicas Globais" do Banco Mundial, considera que a revisão em alta para o crescimento mundial em 2018, de 3,1% contra a estimativa de 2,8% calculada anteriormente, é impulsionada por uma atividade económica superior à prevista em 2017, que cresceu 3% contra 2,7% antecipado há seis meses.

Ayhan Kose, economista do Banco Mundial, refere que o crescimento mundial é mais forte do que o que tinham previsto e sublinhou que o aumento afetará todas as regiões do mundo, a começar pelos EUA, Zona Euro e Japão.

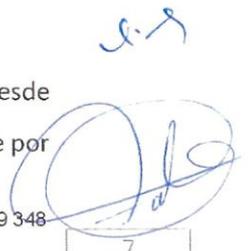
De acordo com as novas projeções, em 2018 os EUA deverão acelerar o crescimento económico para 2,5%, contra os 2,2% estimados em junho, e o PIB da Zona Euro deverá crescer 2,1% e o do Japão 1,3%.

O Brasil e Rússia, que em 2017 retomaram o crescimento (1,7% e 1%) depois de dois anos de recessão, deverão continuar a recuperar com estimativas de aumentos do PIB de 1,7% e 2% em 2018.

Segundo o Banco Mundial, a China deverá continuar a sua "desaceleração estrutural", mas a crescer mais de 6%, com um aumento estimado de 6,4% em 2018 e de 6,3% em 2019.

Por outro lado, a América Latina vai acelerar o crescimento para 2% em 2018, depois de ter atingido 0,9% em 2017, graças ao impulso do Brasil, que se expandirá 2%, da Argentina, que crescerá 3%, e do México, que avançará 2,1%, todas estas economias com crescimentos acima dos verificados em 2017.

O relatório do Banco Mundial considera que 2018 está a caminho de ser o primeiro ano desde a crise financeira no qual a economia global estará a operar "em plena capacidade". Refere por





isso, que as autoridades devem olhar para além da política monetária e fiscal e adotar reformas que potenciem a produtividade, destacando aquelas destinadas a melhorar a educação, a saúde de qualidade, e a rede de infraestruturas nos países em desenvolvimento.

"A retoma do crescimento mundial é encorajadora, mas o tempo não é para a auto-satisfação", alerta o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim.

O Banco Mundial considera que uma "mudança abrupta" das condições financeiras mundiais pode comprometer o crescimento e defende por outro lado que "a intensificação das restrições comerciais e o aumento das tensões geopolíticas poderia minar a confiança e a atividade económica.

2.2. A Nível Nacional

Em 2017, o PIB português aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 pontos percentuais que o verificado no ano anterior, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, esclarecendo que "esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016".

Este é o ritmo de crescimento mais elevado desde 2000, sendo que esse ano a economia subiu 3,8% e desde então, quando cresceu, foi sempre a ritmos inferiores a 2,7%.

Em termos homólogos, o PIB aumentou 2,4% em volume no 4º trimestre de 2017 (2,5% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do Investimento e do consumo privado.

"Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi positivo (no trimestre anterior tinha sido negativo), refletindo a aceleração em volume das exportações de bens e serviços e a desaceleração das importações de bens e serviços".

"Comparativamente com o 3º trimestre de 2017, o PIB aumentou 0,7% em termos reais, uma taxa superior em 0,2 pontos percentuais à registada no trimestre anterior".

O crescimento do PIB fica ligeiramente acima da última previsão do Governo para o conjunto do ano passado, que era de 2,6%, mas acabou por ser mais favorável do que o crescimento de 1,5%

previsto inicialmente pelo Ministério das Finanças no Orçamento do Estado para 2017, acabando por ter um impacto positivo na frente orçamental.

No total do ano de 2017, as exportações de bens cresceram 10,1% — atingindo o maior peso no PIB dos últimos 17 anos, mas as importações subiram ainda mais, 12,5%, o que agravou o défice comercial em 2,6 mil milhões de euros.

Em 2017, a economia europeia cresceu 2,5%, registando uma ligeira desaceleração no último trimestre do ano.

Segundo a estimativa do Eurostat, a economia cresceu 2,7% na zona euro e 2,6% na União Europeia no último trimestre de 2017, em termos homólogos, tendo progredido 0,6% face ao trimestre anterior em ambas as zonas, o que confirma uma ligeira desaceleração do crescimento do PIB europeu entre outubro e dezembro, tanto em termos homólogos como em cadeia.

O FMI mantém a perspetiva de que a economia portuguesa vai abrandar no próximo ano face a 2017. Uma tendência que se deverá manter nos anos seguintes, já que para 2022, a previsão aponta para uma subida de apenas 1,2% no PIB nacional.

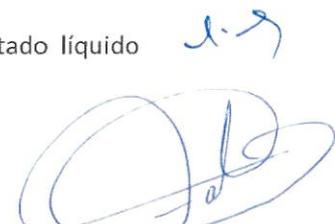
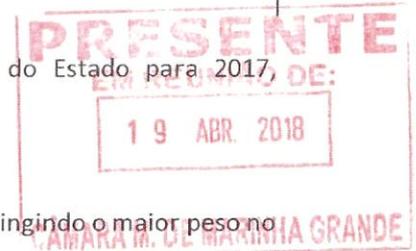
Apesar deste abrandamento, as projeções do FMI colocam Portugal a crescer acima da média da zona euro em 2018, 2% versus 1,9% e apresenta também uma perspetiva mais positiva em relação à queda do desemprego, cuja taxa deverá baixar para 9% no próximo ano.

3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o objetivo principal de servir a população da Marinha Grande.

No exercício de 2017, a Tumg obteve resultados positivos, que revelam a continuação do esforço conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.

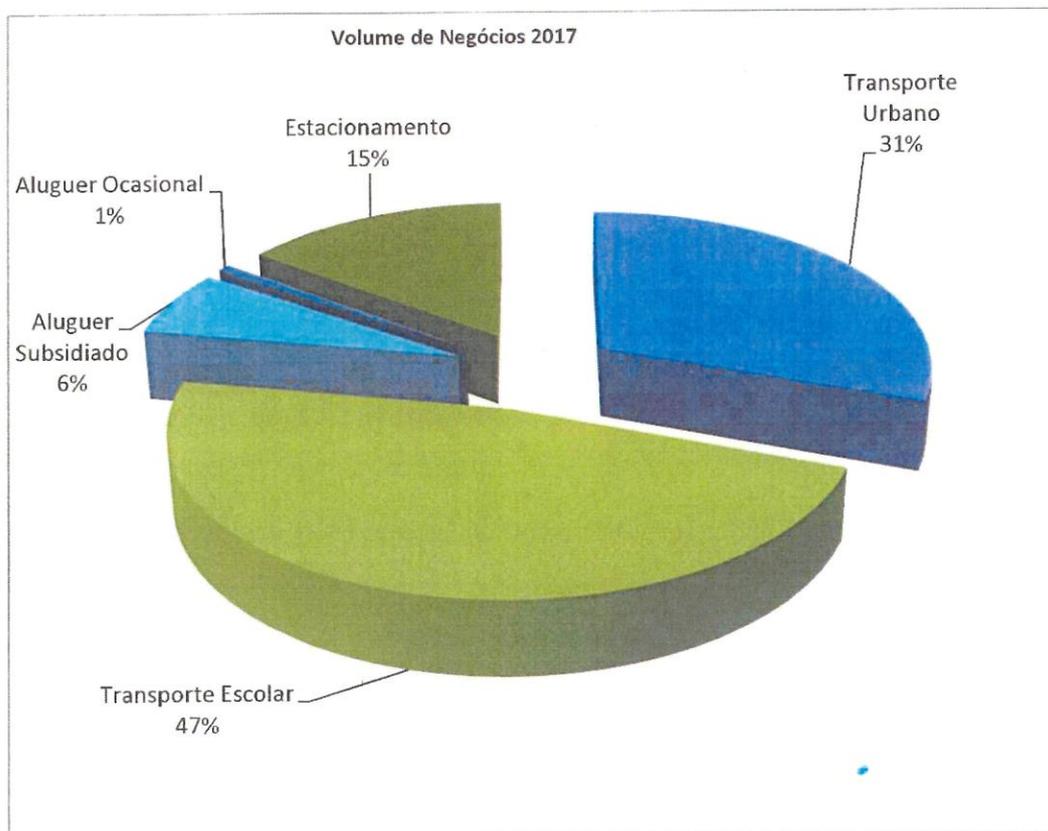
O volume de negócios atingiu um valor de 454.022,36 €, tendo obtido o resultado líquido positivo de 24.171.14 €.



O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:



Volume de Negócios 2017	
Transporte Urbano	139.350,14
Transporte Escolar	214.280,10
Aluguer Subsidiado	29.856,50
Aluguer Ocasional	3.250,73
Estacionamento	67.284,89
Total	454.022,36




O n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece os seguintes critérios de solvabilidade das empresas locais:

- As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos devem cobrir, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- Nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante deve ser inferior a 50% das suas receitas;
- Nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações deve ser positivo;
- Nos últimos três anos, o resultado líquido deve ser positivo.

Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais com todos os critérios legalmente exigidos pela referida Lei.

3.1. Transporte Urbano

Por regra, o custo de um sistema de transportes públicos de passageiros não é imputado na íntegra aos seus utilizadores, na medida em que um sistema de transportes públicos com tarifários baixos traduz-se em grandes benefícios para a eficiência de outros mercados de maior importância, designadamente o mercado de trabalho, a função residencial, o acesso a equipamentos e infraestruturas económicas, educacionais e sociais. Importa, pois, destacar, que um sistema de transporte público, para além do seu efeito económico, constitui um importante instrumento de inclusão social.

Destacamos o facto deste segmento de atividade assentar numa vertente social, pelo que, por orientação direta do acionista e pelo sétimo ano consecutivo, não se verificou qualquer aumento no tarifário dos transportes urbanos, que consta da tabela seguinte, em vigor desde 2009.

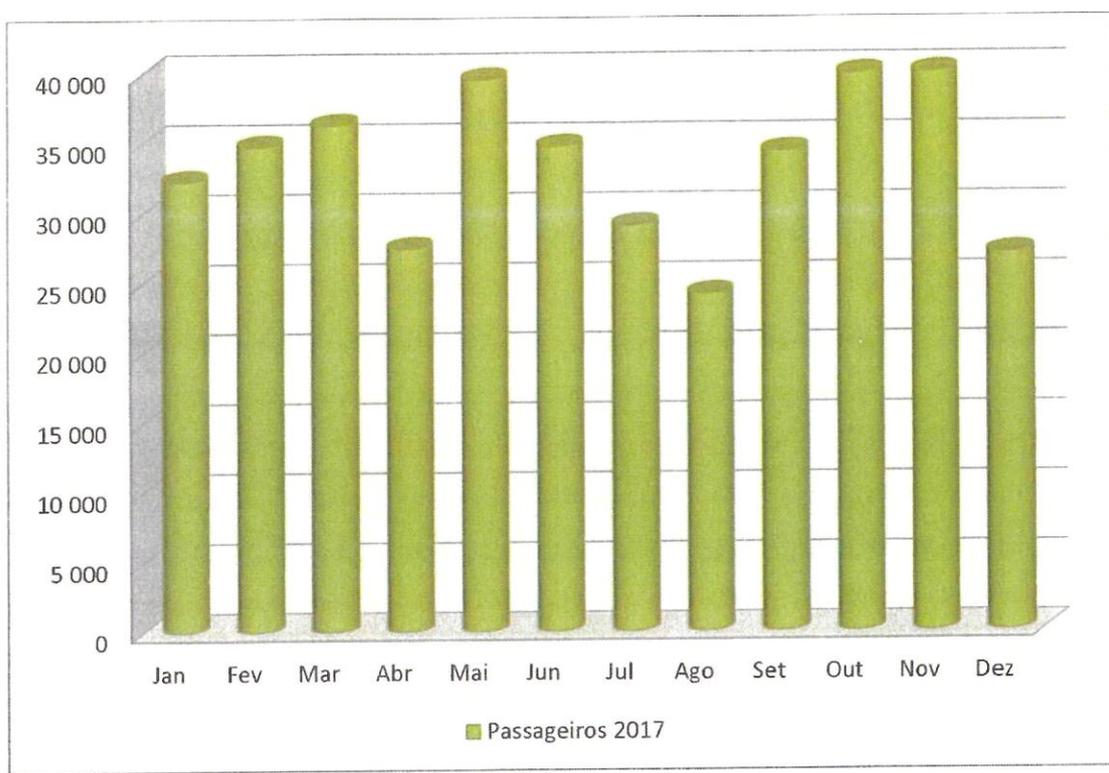
Tarifário		TÍTULOS DE TRANSPORTE	
Passe	Geral	11,00	11,00
	Jovem	6,00	6,00
	Sênior	6,00	6,00
Pré-Comprado	10 viagens	10,00	10,00
Bilhete de 1 viagem		1,00	1,00
1/2 bilhete de 1 viagem		0,50	0,50

J. G.




Em virtude de mais de 50% dos utilizadores dos transportes urbanos da Marinha Grande usufruírem do passe subvencionado, socialmente acessíveis, mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, o subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura do défice de exploração.

Nos próximos gráficos e tabelas estão representados o nº de passageiros transportados mensalmente e por linha, que se traduzem no nº de viagens (validações) registadas pelo sistema de bilhética. Da sua análise, constata-se um aumento do nível de utilização dos transportes urbanos, face ao ano anterior:



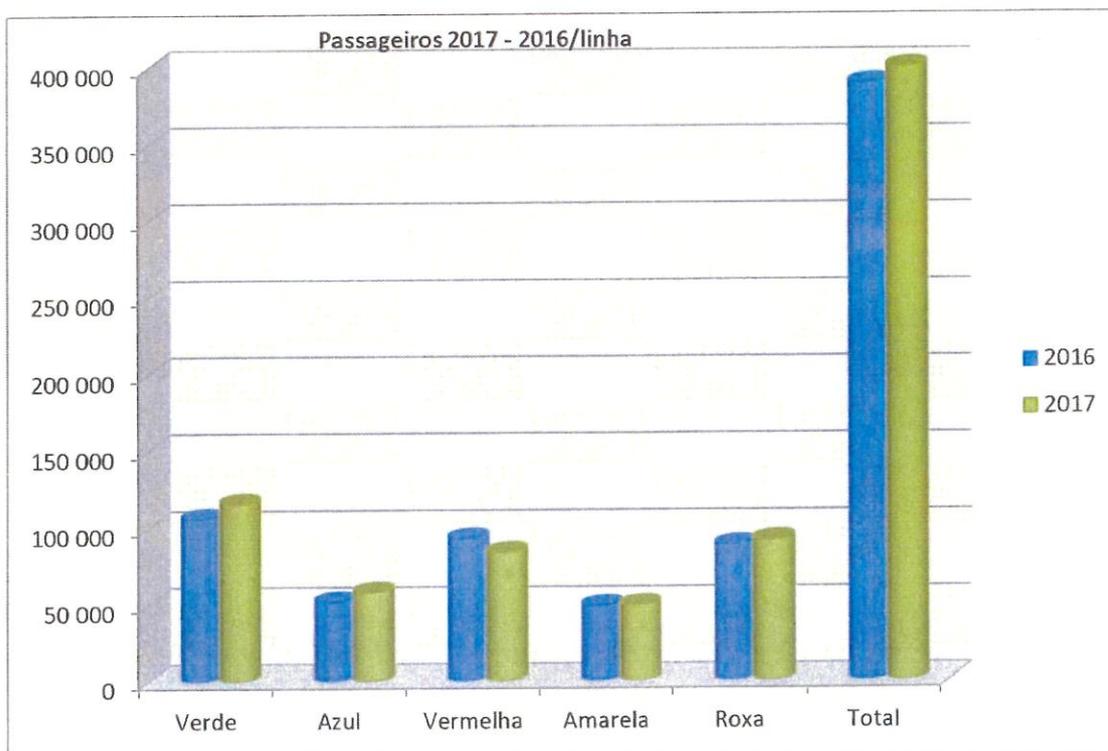
Passageiros 2017												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
32.309	34.774	36.279	27.431	39.503	34.719	29.058	24.157	34.340	39.849	39.932	27.018	399.369

Nº Passageiros			
Linha	2017	2016	Variação
Verde	115.871	106.183	
Azul	58.108	51.947	
Vermelha	84.092	93.067	
Amarela	49.499	49.062	
Roxa	91.799	88.646	
Total	399.369	388.905	+2,7%

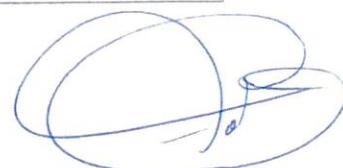


Em termos absolutos e face a 2016, registámos um aumento global de 2,7% no número de viagens (validações), que representa um acréscimo de 10.464 viagens.

As linhas verde e azul foram as que registaram um aumento mais expressivo do índice de utilização, em detrimento da linha vermelha. As restantes não sofreram alterações significativas quanto ao número de viagens registadas.



Handwritten mark

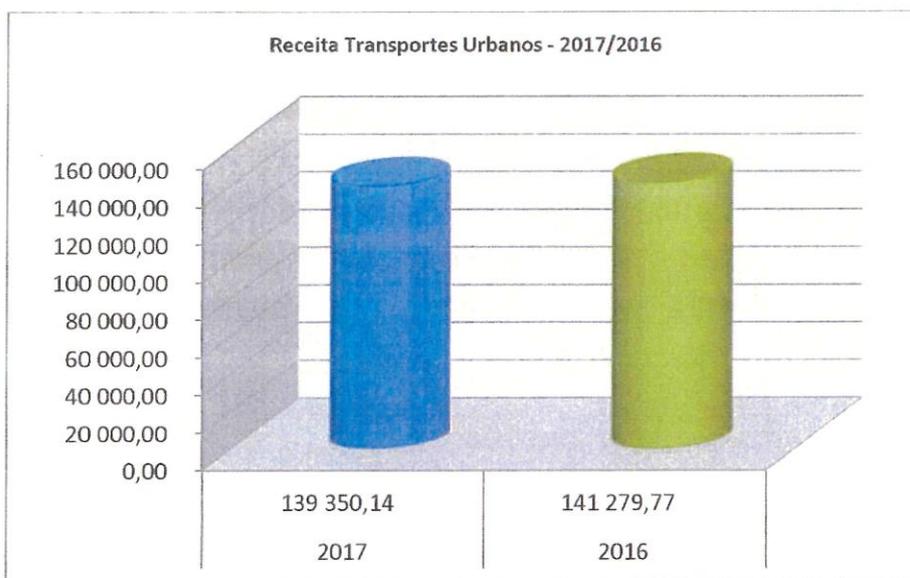




A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2016:

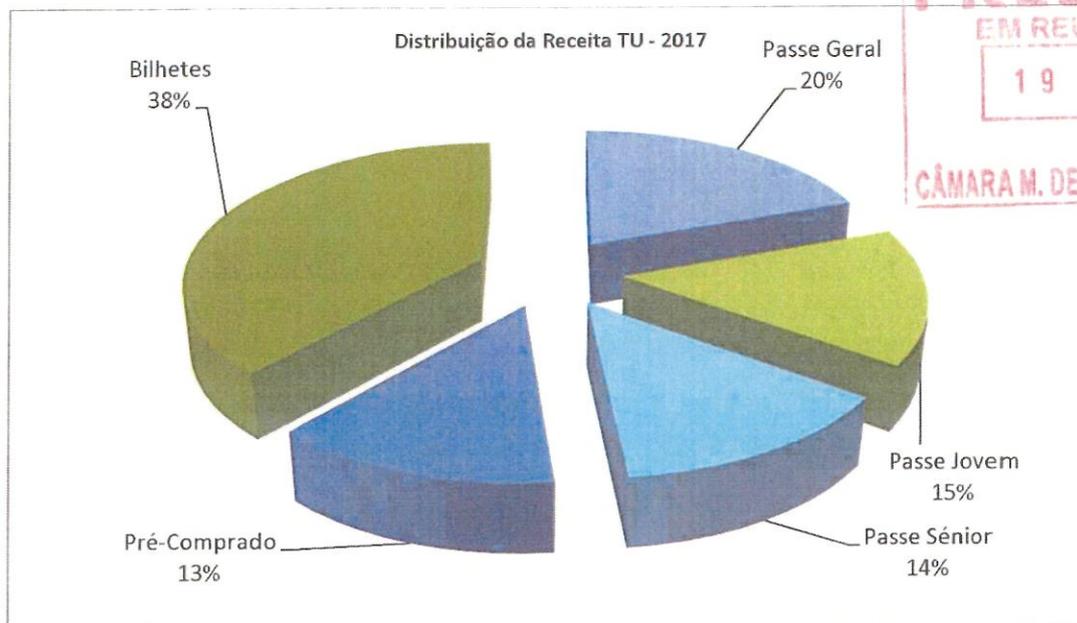
Receita Transportes Urbanos

Ano	Valor	Variação
2017	139.350,14	-1,37 %
2016	141.279,77	



Receita Transportes Urbanos por Título de Transporte

Título de Transporte	Passe Geral	Passe Jovem	Passe Sénior	Pré-Comprado	Bilhetes	Total
2017	27.434,34	21.408,40	18.710,70	18.385,19	53.411,51	139.350,14
2016	29.441,81	23.592,30	20.720,18	16.847,20	50.678,28	141.279,77
Variação	- 2.007,47 - 6,82%	- 2.183,90 - 9,26%	- 2.009,48 - 9,70%	+ 1.537,99 + 9,13%	+ 2.733,23 + 5,39%	- 1.929,63 - 1,37%



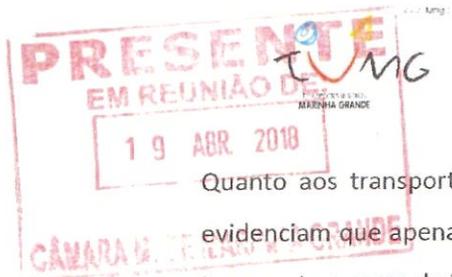
Apesar do aumento do número de viagens em 2017, verifica-se que a receita sofreu um ligeiro decréscimo de 1,37%, o que confirma a racionalização da utilização dos títulos de transporte por parte dos utentes. Importa esclarecer que as validações no sistema de bilhética referem-se ao número de vezes em que os passes são exibidos ao que acresce a contabilização dos outros títulos de transporte (bilhetes emitidos a bordo e bilhetes pré-comprados).

Constata-se da leitura do quadro, que o tipo de título de transporte que registou um decréscimo foram os passes (geral, jovem e sénior), versus os bilhetes a bordo e os bilhetes pré-comprados.

Importa aqui analisar de que modo os portugueses percecionam os transportes públicos. Estudos revelam que os portugueses estão entre os cidadãos europeus que mais utilizam o automóvel e que menos recorrem aos transportes públicos.

De acordo com um estudo realizado pelo observatório do Automóvel Clube Portugal, os portugueses estão cada vez mais adeptos do automóvel, sendo que a taxa de motorização está a aumentar, com 500 automóveis por cada mil habitantes.

Dados avançados em 2016 pela Prevenção Rodoviária Portuguesa, no âmbito do projeto ESRA – European Survey of Road users' safety, revelam que o automóvel é o meio de transporte preferido dos portugueses, sendo o mais utilizado por condutores e passageiros, representando o meio de transporte principal de cerca de 70% dos inquiridos, valor superior à média europeia.



Quanto aos transportes públicos, também em contraste com a média europeia, os dados evidenciam que apenas 9% dos portugueses utilizam este meio como a sua principal forma de transporte e cerca de 30% como um dos três que mais utiliza.

Esta resistência será, sem dúvida, um desafio a superar.

3.2. Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.

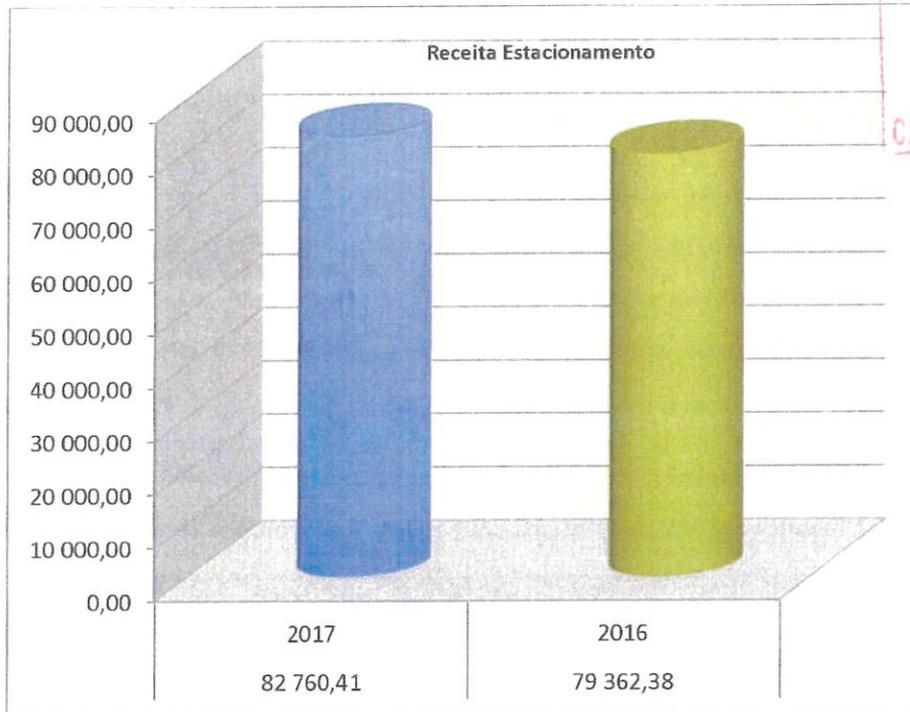
O estacionamento de duração limitada na Cidade da Marinha Grande teve início com a criação de 6 zonas de estacionamento no centro urbano, totalizando 573 lugares de estacionamento, incorporando 21 parcómetros. Em 2012 procederam-se a reajustamentos das zonas de estacionamento limitado, que se traduziram na redução do número de lugares de estacionamento onerados, pelo que atualmente aquele número ficou reduzido a 380 lugares.

O gráfico seguinte revela um aumento da receita proveniente do estacionamento de duração limitada em 2017, face a 2016, na ordem dos 4,28%.

Ano	Valor (€)	Variação
2017	82.760,41	+ 4,28%
2016	79.362,38	

Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2017, c/ IVA incluído

PRESENTADO
 19 ABR. 2018
 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



De salientar que desde a sua implementação em 2011, o tarifário deste segmento de atividade não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor valores substancialmente inferiores aos praticados em Concelhos limítrofes, pelo que o incremento da receita é o reflexo do aumento do índice de utilização. A 31 de dezembro de 2017, o preço a pagar por uma hora, continua a ser 0,40 €:



FRACÇÃO	Preço (€)	Duração (minutos)
1ª	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
2ª	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
3ª	1,20 euros	135 minutos
	1,40 euros	150 minutos
	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos

u. r.





3.3. Transporte Escolar

Em 2017, o transporte escolar representou 47% do volume de negócios da Tumg, mantendo-se inalterado face a 2016. Analisando os mapas e gráficos seguintes, constata-se que o valor da receita obtida com os transportes escolares representa um resultado superior face a 2016, na ordem dos 2,93%, o que em termos absolutos se traduz num aumento da receita, no valor de 6.095,50 €.

Importa lembrar que o modelo de exploração deste segmento de atividade foi alterado em 2016, de acordo com as necessidades manifestadas pelo acionista da empresa. Desde janeiro de 2016, apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg integra os transportes escolares, a qual garante o circuito de transporte escolar da Moita, dá apoio ao transporte dos alunos para os locais de refeição e às atividades desportivas e culturais promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo Município.

Consideramos ainda ser importante esclarecer o enquadramento legal em que esta prestação de serviço é assegurada:

Por via da regra, sempre que a Administração Pública, e em particular as Autarquias Locais, pretende contratar o fornecimento de determinados bens e serviços, deve dirigir-se ao mercado para efetuar a escolha do seu parceiro contratual, respeitando os princípios comunitários e nacionais em matéria de contratação, como são o princípio da concorrência, o princípio da transparência, o princípio da legalidade, entre outros. Esta exigência decorre das normas comunitárias. No entanto, é o próprio Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias que reconhece à Administração, onde se incluem as Autarquias Locais, quando verificados determinados pressupostos, “a possibilidade de cumprir as tarefas de interesse público (...) pelos seus próprios meios”. E aqui surge o conceito de contratação “*In House*”.

Trata-se de um instituto com génese na jurisprudência comunitária e que se encontra consagrado, presentemente, no ordenamento jurídico português, nos artigos 5.º, 5.º-A e 5.º-B, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual. De acordo com o artigo 5.º dos Estatutos da empresa, constitui atribuição da Tumg: “Assegurar a prestação de serviços ao Município da Marinha Grande em função dos meios disponíveis para o efeito, designadamente em matéria de transportes escolares.”



Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os valores contratualizados em resultado da consulta ao mercado e subsequentemente com o acionista, sofreram uma redução significativa, em virtude do estatuído neste diploma, que proíbe a prática de preços superiores aos preços de mercado.

Resulta porém que o aumento da receita proveniente desta área de atividade é consequência do aumento do índice de utilização do serviço que assegura o transporte das crianças e jovens do Município da Marinha Grande, entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino, entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição e entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar, com inclusão de transporte de crianças com necessidades educativas especiais.

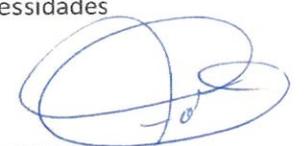
As propostas apresentadas pela Tumg ao Município, têm sido sempre baseadas em procedimentos concursais, logo decorrem de preços que resultam do mercado.

Uma vez que os procedimentos concursais visam apenas a contratação dos meios operacionais para a prestação do serviço, não contemplando por isso todas as tarefas necessárias à sua concretização, têm sido apurados os preços médios de mercado que resultam das propostas apresentadas pelos concorrentes. O preço médio de mercado visa cobrir os custos administrativos complementares à execução do contrato.

As tarefas a executar pela Tumg que integram a componente administrativa traduzem-se no seguinte:

- Elaboração dos percursos de cada autocarro, em função do número de crianças/alunos a transportar por cada ano letivo e por escola:
 - Os percursos devem considerar:
 - O horário de entrada das crianças/alunos
 - O local de residência das crianças/alunos
 - O horário da interrupção para almoço (variável de escola para escola)
 - Os horários das atividades complementares (CAF, AAF, natação e psicomotricidade)
- Intermediação entre as escolas e a Câmara Municipal
 - Atualização permanente dos percursos, de acordo com as necessidades manifestadas pelas escolas/Câmara;

J. J.





- Dar resposta às solicitações de alterações e às necessidades pontuais de transporte;
 - Gestão de pedidos de transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar (visitas pontuais a bibliotecas, museus, castelos, atividades lúdicas, quintas pedagógicas e temáticas, empresas, instituições);
 - Elaboração de mapas com circuitos específicos e pontuais (datas comemorativas e eventos direcionados), com o número de crianças/alunos e a sua distribuição pelos autocarros e escolas, em articulação com os horários de cada escola);
 - Contacto com os motoristas a fim de prestar esclarecimentos ou dar indicações pontuais sobre o serviço.
- Rececionar e tramitar reclamações do serviço provenientes de Pais, Encarregados de Educação, Alunos e Professores.
 - Controlo da execução do serviço:
 - Elaboração de mapas contabilísticos com a informação sobre os dados de execução do contrato;
 - Faturação do serviço efetivamente prestado, dependente do número de dias e do número de autocarros utilizados;
 - Elaboração de mapas estatísticos com o número de crianças/alunos transportados em cada horário dos respetivos percursos.

Para a proposta de 2017, a Tumg após lançar o procedimento concursal, com base nas necessidades manifestadas pelo acionista, adotou o preço mais baixo de mercado, tendo incorporado os custos administrativos em que incorre na execução do contrato, com base na contabilidade analítica da empresa, auditada e certificada. Estão refletidos os custos diretos e indiretos da atividade.

Importa ainda referir que o valor contratual corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação do serviço, nos termos das necessidades calculadas em função do calendário escolar, no entanto a faturação fica condicionada ao serviço efetivamente prestado.

De salientar ainda o facto de todas as viaturas afetas ao transporte escolar estarem a ser rentabilizadas no sentido de apoiar os estabelecimentos de ensino do Concelho, no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, em quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades.

Transporte	2017	2016	Variação
Transporte Escolar	214.280,10	208.184,60	+ 2,93%
Alugueres subsidiados pelo município	29.856,50	26.491,90	+ 12,70%
Alugueres Ocasionais	3.250,73	1.321,32	+ 146,02%
Total	247.387,33	235.997,82	+ 4,83%

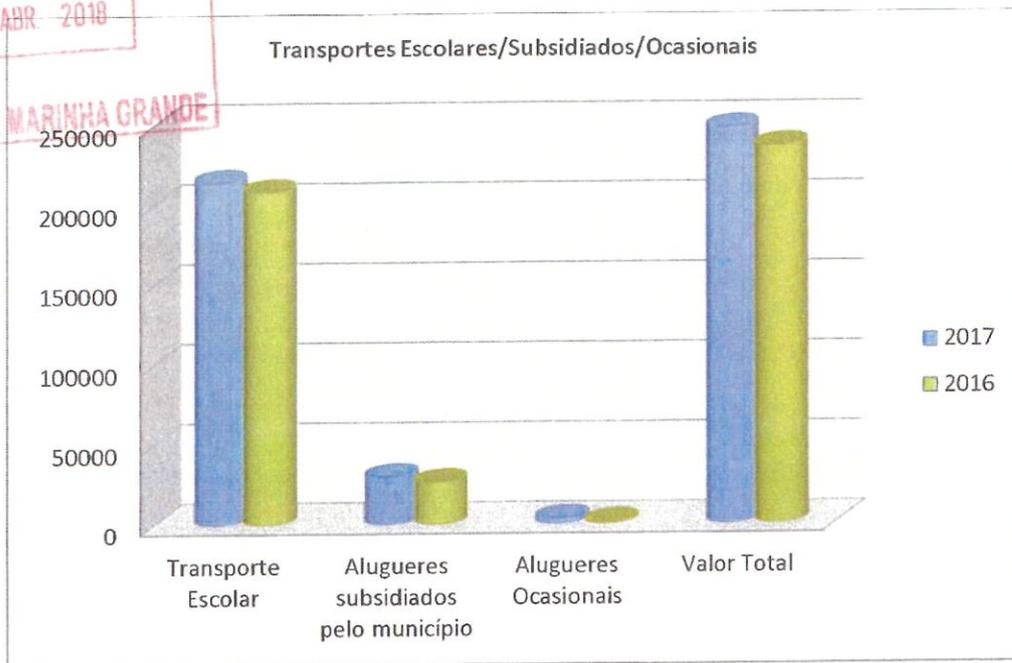
3.4. Transportes Subsidiados

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados pelo Município, o valor obtido em 2017 foi superior em 12,70% ao alcançado em 2016, o que revela uma nova dinâmica que o Município tem vindo a desenvolver na concessão de apoio às instituições do Concelho, na prossecução de projetos culturais, desportivos e sociais de relevo, em matéria de transportes.

3.5. Transportes Ocasionais

No que se refere aos transportes ocasionais (que se efetuam ocasionalmente a solicitação de várias entidades) verifica-se um aumento da receita em termos absolutos no valor de 1.929,41 €, comparado com o resultado alcançado em 2016.





4. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2017, a empresa integra no seu quadro quatro trabalhadores efetivos, sendo dois em regime de cedência de interesse público, pelo município e cinco trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo, cuja contratação resultou da alteração do modelo de exploração do segmento dos transportes urbanos.

Em 2016, integraram o quadro de pessoal da Tumg, três trabalhadores com a categoria de motoristas, atenta a necessidade de alcançar uma maior autonomização quanto aos meios humanos e materiais necessários para garantir a prestação do serviço dos transportes urbanos. No início de 2017, um dos motoristas que se encontrava em regime de cedência de interesse público regressou ao serviço de origem, tendo sido necessário proceder ao recrutamento de um novo motorista. Atualmente estamos a operar neste segmento de atividade com cerca de 50% de meios próprios.

Devido a rescisão contratual com uma das funcionárias administrativas, foi igualmente necessário recrutar uma nova trabalhadora para desempenhar aquelas funções.

NOME	CARGO	VINCULO
Maria de Fátima Malessso Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Aida Maria Figueiredo Rodrigues	Assistente Técnica	Contrato de Trabalho a Termo Certo
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
João Gonçalo Ferreira Moderno	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
João Manuel Artilheiro Valina	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Valdemar Gaspar dos Ramos	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Vitor Paulo Fernandes Bento	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo

5. Administração

Por deliberação de Câmara de 14 de novembro de 2013, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado um Conselho de Administração, nos termos do artigo 8.º, dos Estatutos da empresa, com a seguinte composição:

- Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malessso Cardoso

Tendo tomado posse no dia 20 de novembro de 2013.

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da empresa, o mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de quatro anos e coincide com o mandato dos titulares dos órgãos do Município. Nos termos do estatuído e por deliberação de Câmara de 13 de novembro de 2017, sob proposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado um novo Conselho de Administração, com a seguinte composição:

- Presidente: Dr. Carlos Alexandre de Carvalho Caetano
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malessso Cardoso

Tendo tomado posse no dia 17 de novembro de 2017.

u-7




Por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, foi designado como Fiscal Único da Tumg – EM Unipessoal, S.A., o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único Suplente, o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo a proposta merecido aprovação em reunião da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2017, foi autorizada a cessão da posição contratual da João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda., representada pelo Dr. João Carlos Cunha da Cruz, admissível nos termos do artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos, desta para a Sociedade Marques, Cruz & Associada – SROC, Lda., tendo aquela cessado funções em 31 de dezembro de 2016. A Assembleia Municipal, em reunião de 24 de fevereiro de 2017, autorizou a referida cessão da posição contratual, pelo que desde 01 de janeiro de 2017, assumiu funções como Fiscal Único da empresa, a Sociedade Marques, Cruz & Associado – SROC, Lda., representada pelo Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único Suplente, o Dr. Luis Guerra Marques, Revisor Oficial de Contas, até ao termo do respetivo contrato.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

6. Investimento

Em 2017, o investimento em imobilizado foi de 6.621,15 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2017	2016
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico	4 702,55	0,00
Equipamento Administrativo	1 918,60	2 044,39
Total	6 621,15	2 044,39

Com o objetivo de continuar a proporcionar aos nossos Utentes melhores condições de conforto, foram adquiridos 2 abrigos de passageiros e foi efetuada manutenção corretiva/reparação em 2, devido a atos de vandalismo. Também foi adquirido equipamento de sinalização e identificação de locais de paragem dos transportes urbanos.



7. Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2017, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram neste exercício, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros				
Rácios	2015	2016	2017	
<u>Liquidez geral</u>	120,04%	175,61%	230,41%	
Ativo corrente/Passivo corrente				
<u>Liquidez imediata</u>	94,65%	130,03%	182,32%	
Dep. Banc. + Caixa/Passivo Corrente				
<u>Autonomia Financeira</u>	53,74%	70,75%	74,33%	
Capital Próprio/Ativo				
<u>Endividamento</u>	46,26%	29,25%	25,67%	
Passivo/Ativo				
<u>Solvabilidade</u>	116,18%	241,84%	289,50%	
Capital Próprio/Passivo				
<u>Prazo Médio de Recebimentos</u>	5	5	1	
Clientes/Vendas + Prestação de Serv. X 365				
<u>Prazo Médio de Pagamentos</u>	100	146	123	
Fornecedores/Compras + FSE X 365				
<u>Rendibilidade do Capital Próprio</u>	0,74%	1,54%	3,54%	
Resultado Líquido/Capital Próprio				
<u>Rendibilidade Líquida do Ativo</u>	0,40%	1,09%	2,63%	
Resultado Líquido/Ativo				
<u>Rendibilidade Líquida das Vendas e Prest. Serv.</u>	1,02%	2,27%	5,32%	
Resultado Líquido/Vendas + Prest. Serviços				

u. 8




Rubricas	2015	2016	2017
Ativo Corrente	670 650,84 €	478 675,59 €	543 880,81 €
Passivo Corrente	558 681,57 €	272 581,97 €	236 054,06 €
Dep. Bancários + Caixa	528 799,41 €	354 443,65 €	430 383,11 €
Capital Próprio	649 085,15 €	659 209,16 €	683 380,30 €
Ativo	1 207 766,72 €	931 791,13 €	919 434,36 €
Passivo	558 681,57 €	272 581,97 €	236 054,06 €
Clientes	6 546,39 €	6 176,49 €	1 065,96 €
Vendas + Prestações de Serviços	468 965,75 €	441 799,85 €	454 022,36 €
Fornecedores	198 047,63 €	238 207,41 €	198 646,38 €
Compras + FSE	721 857,70 €	595 735,81 €	588 875,71 €
Resultado Líquido do Exercício	4 800,42 €	10 124,01 €	24 171,14 €

Financiamento

Em 2017 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

Rendimentos

Para o ano de 2017 a nossa previsão orçamental foi de 918.734,78 €. No entanto os valores realizados foram de 897.001,28 €.

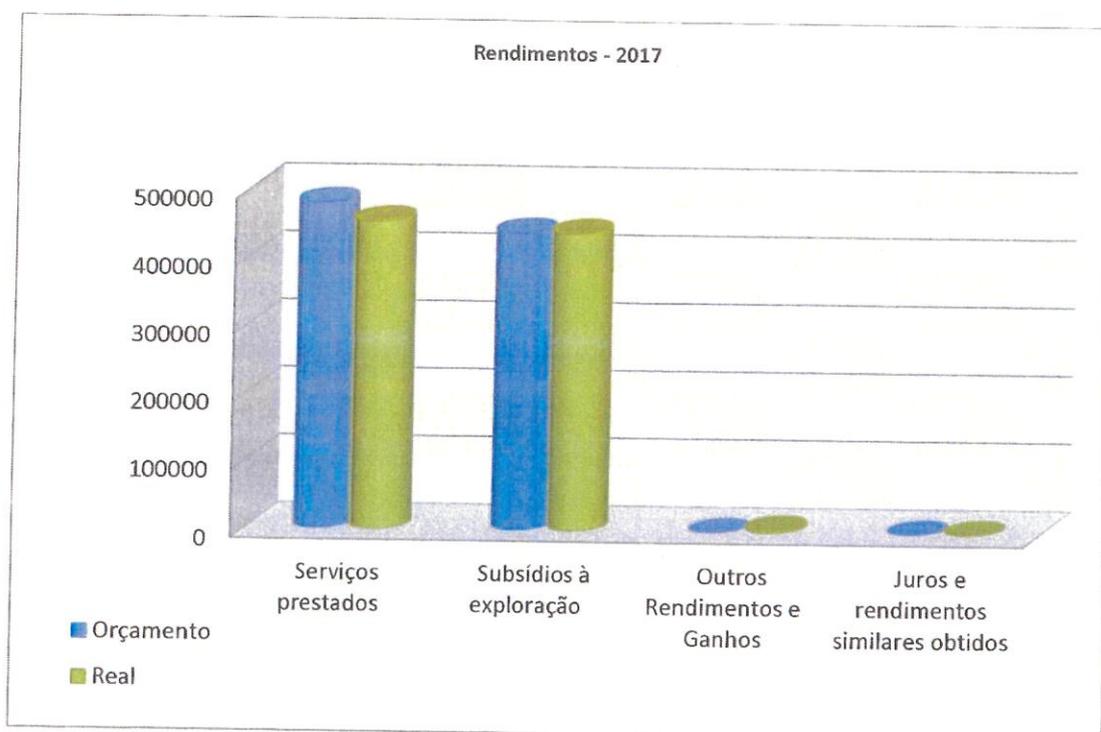
Rubricas	2017		
	Orçamento	Real	Variação
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	480 003,40	454 022,36	-5,41%
Subsídios à exploração	438 730,41	438 730,41	0,00%
Reversões Imparidades dívidas a Receber	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	0,01	4 248,09	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,96	0,42	-56,25%
Total	918 734,78	897 001,28	-2,37%

J. →

PRESENTE
 EM RECEBIMENTO
 19 ADR. 2019
 CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

Da análise deste mapa, constata-se uma redução nos rendimentos, correspondente a uma diferença percentual de 2,37% face à previsão orçamental. No entanto, esta redução nos rendimentos foi ultrapassada nos gastos e perdas, que registaram um desvio de menos 3,45%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



Rubricas	2017	2016	Variação
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	454 022,36	441 799,85	2,69%
Subsídios à exploração	438 730,41	440 832,57	-048%
Reversões Imparidades dívidas a Receber	0,00	139,92	
Outros Rendimentos e Ganhos	4 248,09	6 008,41	-41,44%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,42	1,04	
Total	897 001,28	888 781,79	+0,92%

J-7





Globalmente, o diferencial dos rendimentos e ganhos entre 2017 e 2016 foi de 0,92%, o que em termos absolutos se traduz num aumento de 8.219,49 €.

Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2017, foi de 904.026,40 €. O realizado foi de 872.830,14 €. No global apurou-se um desvio de menos 3,45%.

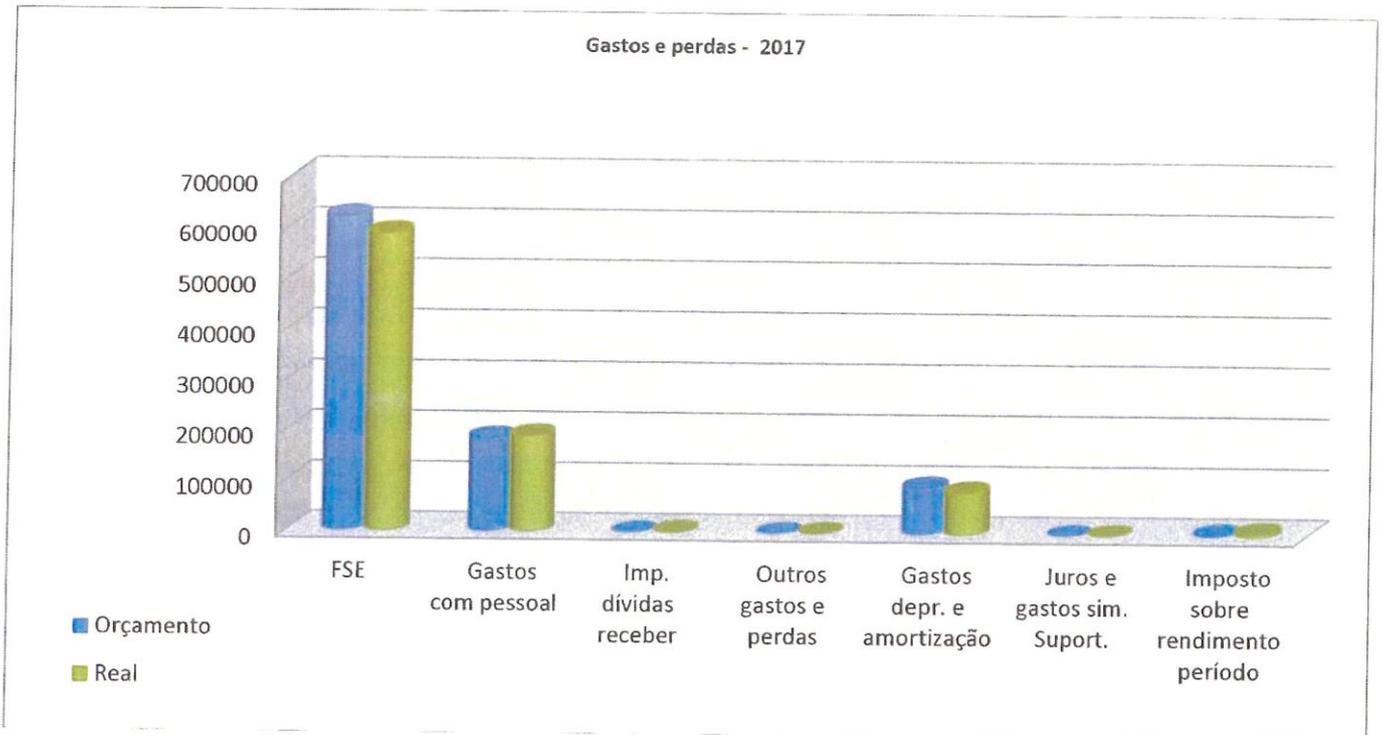
Rubricas	2017		
	Orçamento	Real	Varição
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	621 237,09	588 875,71	-5,21%
Gastos com o pessoal	184 961,32	189 920,92	2,68%
Imparidade dívidas a receber	0,00	1 903,75	0,00%
Outros gastos e perdas	405,56	664,21	63,78%
Gastos de depreciação e amortização	93 512,30	84 539,05	-9,60%
Juros e gastos similares suportados	0,30	0,40	33,33%
Imposto sobre rendimento período	3 909,83	6 926,10	77,15%
Total	904 026,40	872 830,14	-3,45%

Rubricas	2017	2016	Varição
	Gastos e perdas		
Fornecimentos e serviços externos	588 875,71	595 735,81	-1,15%
Gastos com o pessoal	189 920,92	190 333,47	-0,22%
Imparidade dívidas a receber	1 903,75	0,00	
Outros gastos e perdas	664,21	3 121,98	-78,72%
Gastos de depreciação e amortização	84 539,05	86 261,54	-2,00%
Juros e gastos similares suportados	0,40	154,59	-99,74%
Imposto sobre rendimento período	6 926,10	3 050,39	127,06%
Total	872 830,14	878 657,78	-0,66%

J. A.

Globalmente, o diferencial dos gastos e perdas entre 2017 e 2016 foi de 0,66%, o que em termos absolutos se traduz numa redução de 5.827,64€, resultado da diminuição de todas as rubricas de gastos e perdas de maior relevância material.

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2014, comparativamente com os valores orçamentados:



Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2017 um resultado líquido de 24.171.14 €, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2017	2016
Rendimentos	918 734,79	897 001,28	888 781,79
Gastos	904 026,40	872 830,14	878 657,78
Resultado Líquido	14 708,39	24 171,14	10 124,01


 J-7



8. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2017
Resultados transitados	21 700,00
Reserva legal	2 471,14
Total	24 171,14

9. Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10. Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Entidades	31-12-2017
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Carlos Alexandre de Carvalho Caetano - Presidente	0%
Maria de Fátima Malesso Cardoso - Vogal	0%
João Carlos Cunha da Cruz - Revisor Oficial de Contas	0%



11. Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa um firme reconhecimento e agradecimento aos membros dos restantes Órgãos Sociais, Assembleia Geral e Fiscal Único, pelo trabalho desenvolvido e pelo empenho demonstrado na defesa dos interesses da empresa.

Manifesta o seu reconhecimento e profundo apreço a todos os seus Colaboradores, que através do seu envolvimento direto, potenciaram a concretização dos objetivos estabelecidos.

O Conselho de Administração não pode deixar de expressar o seu especial agradecimento a todos os seus Utentes, pela confiança e preferência com que nos têm distinguido.

12. Demonstrações Financeiras

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.

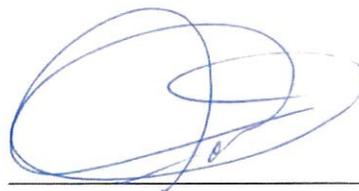
Marinha Grande, 23 de março de 2018

O Conselho de Administração



Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Presidente



Maria de Fátima Malessio Cardoso

Vogal



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	374 980,83	452 898,73
Outros Investimentos Financeiros		572,72	216,81
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		375 553,55	453 115,54
Ativo Corrente			
Clientes	14.1	1 065,96	6 176,49
Estados e outros entes públicos	16.1	61 182,52	67 670,77
Outros Créditos a Receber	14.1	49 538,50	49 538,50
Diferimentos	16.2	1 710,72	846,18
Caixa e depósitos bancários	5.1/14.3	430 383,11	354 443,65
		543 880,81	478 675,59
Total do ativo		919 434,36	931 791,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16.3	338 000,00	338 000,00
Reservas legais	16.3	35 969,68	34 957,67
Resultados transitados	16.3	285 239,48	276 127,48
Resultado líquido do período	16.3	24 171,14	10 124,01
Total do capital próprio	31.3	683 380,30	659 209,16
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1	198 646,38	238 207,41
Estado e outros entes públicos	16.1	14 431,16	10 177,52
Outras dívidas a pagar	14.1	21 087,33	21 837,36
Diferimentos	16.2	1 889,19	2 359,68
		236 054,06	272 581,97
Total do passivo		236 054,06	272 581,97
Total do capital próprio e do passivo		919 434,36	931 791,13

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

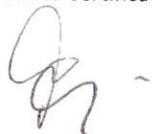


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31-12-2017

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	11	454 022,36	441 799,85
Subsídios à exploração	11	438 730,41	440 832,57
Fornecimentos e serviços externos		-588 875,71	-595 735,81
Gastos com o pessoal	15	-189 920,92	-190 333,47
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14,1	-1 903,75	139,92
Outros rendimentos	11	4 248,09	6 008,41
Outros gastos	0	-664,21	-3 121,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		115 636,27	99 589,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-84 539,05	-86 261,54
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31 097,22	13 327,95
Juros e rendimentos similares obtidos	11	0,42	1,04
Juros e gastos similares suportados	10	-0,40	-154,59
Resultado antes de impostos		31 097,24	13 174,40
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	13	-6 926,10	-3 050,39
Resultado líquido do período		24 171,14	10 124,01
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2017

Euro

DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital do acionista											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período				
POSICÃO NO INÍCIO DE 2016	338 000,00	0,00	0,00	0,00	34 477,25	0,00	271 807,48	0,00	0,00	0,00	4 800,42	649 085,15	0,00	649 085,15	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas					480,42		4 320,00				- 4 800,42				
Outras alterações reconhec. no capital próprio											10 124,01				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Entradas para cobertura de perdas															
POSICÃO NO FIM DE 2016	338 000,00	0,00	0,00	0,00	34 957,67	0,00	276 127,48	0,00	0,00	0,00	10 124,01	659 209,16	0,00	659 209,16	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2017	338 000,00	0,00	0,00	0,00	34 957,67	0,00	276 127,48	0,00	0,00	0,00	10 124,01	659 209,16	0,00	659 209,16	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas					1 012,01		9 112,00				- 10 124,01				
Outras alterações reconhec. no capital próprio											24 171,14				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO 2017	338 000,00	0,00	0,00	0,00	35 969,68	0,00	285 239,48	0,00	0,00	0,00	24 171,14	683 380,30	0,00	683 380,30	

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



PRESENTE
EM RECEBIMENTO DE:
19 ABR 2018

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		1 083 162,03	964 492,65
Pagamentos a fornecedores		-810 275,46	-944 436,70
Pagamentos ao pessoal		-189 730,77	-190 333,47
Caixa gerada pelas operações		83 155,80	-170 277,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 656,23	1 711,89
Outros recebimentos/pagamentos		3 583,90	-3 275,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		84 083,47	-171 841,16
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-8 144,01	-2 514,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-8 144,01	-2 514,60
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		75 939,46	-174 355,76
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		354 443,65	528 799,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	430 383,11	354 443,65

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





B. ANEXO



1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal SA

1.2. Sede

Rua Pereira Crespo, s/n, 2430-246 Marinha Grande

1.3. NIPC

505 849 348

1.4. Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR nº 285 de 10 de dezembro de 2002.

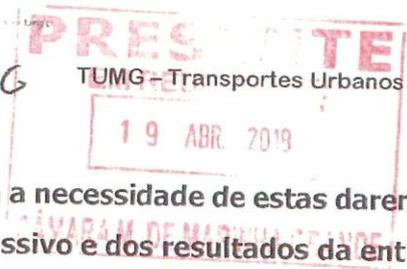
A Tumg presta serviços de Transportes Públicos de Passageiros e de gestão do estacionamento de duração limitada, na área do Município da Marinha Grande.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho de 2010, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras,



tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC



2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

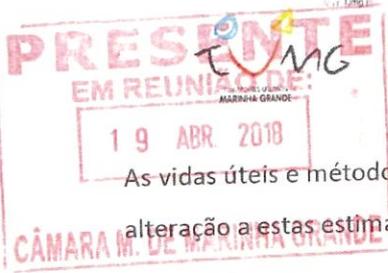
Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos





As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

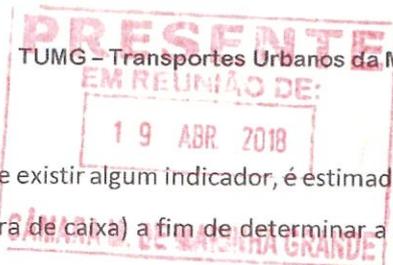
A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo aos ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam



estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).



Inventários

Mercadorias e matérias-primas:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo (First In, First Out), como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido líquido de imposto, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “deferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

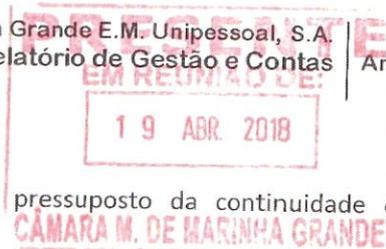
Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.



4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	427 823,11	
Depósitos a prazo	13	2 000,00	
Total		430 383,11	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Tumg.

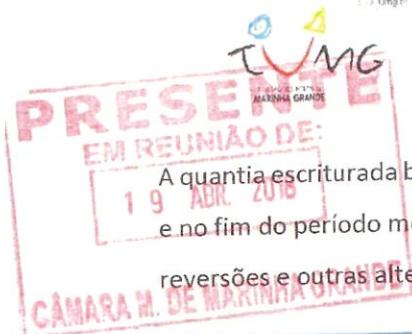
5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2017, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6. Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.





A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis						
Descrição	31/12/2016	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31/12/2017
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	125,00		0,00			125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Tangíveis Brutos						
Descrição	31-12-2016	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	31-12-2017
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	19 390,00	0,00		0,00	0,00	19 390,00
Edifícios e Out. Construções	158 524,77	0,00		0,00	0,00	158 524,77
Equipamento Básico	702 017,20	0,00	4 702,55	0,00	0,00	706 372,20
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	98 462,53	0,00	1 918,60	0,00	0,00	100 728,68
Outros ativos Tangíveis	173,36	0,00		0,00	0,00	173,36
Investim. curso Ativos Tangív.	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	978 567,86	0,00	6 621,15	0,00	0,00	985 189,01
Depreciações Acumuladas	525 669,13		84 539,05			610 208,18
Perdas por Imparidade						
Depreciação Acumulada	525 669,13	0,00	84 539,05	0,00	0,00	610 208,18
Ativo Tangível Líquido	452 898,73	0,00	84 539,05	0,00	0,00	374 980,83

8. Locações

Em 31 de Dezembro de 2017, não havia responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras.

9. Custo dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2017	2016
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	0,00	0,00
De mora e compensatórios		154,44
Outros	0,40	0,15
Total	0,40	154,59




10. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2017	2016	Varição
Prestação de serviços			
Aluguer de Autocarros	247 387,33	235 997,82	11 389,51
Transportes Públicos de Passageiros	139 350,14	141 279,77	-1 929,63
Estacionamento	67 284,89	64 522,26	2 762,63
Subsídios à exploração			
Contrato Programa	438 730,41	440 832,57	- 2 102,16
Reversões			
Em Dívidas a receber	0,00	139,92	- 139,92
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	4.248,09	6 008,41	- 1 760,32
Juros			
Depósitos bancários	0,42	1,04	- 0,62
Total	897 001,28	888 781,79	8 219,49

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2017 e 2016, são provenientes de:

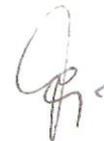
Subsídios à exploração	2017	2017
Contrato-Programa	438 730,41	440 832,57
Total	438 730,41	440 832 57

11. Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018.



Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

12. Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser detalhados como segue.

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:

Imposto sobre o Rendimento	2017	2016
Resultados antes de impostos	31 097,24	13 174,40
Taxa nominal de imposto		
Taxa nominal de imposto	22,27%	23,15%
Imposto corrente	6 926,10	3 050,39
Total	6 926,10	3 050,39

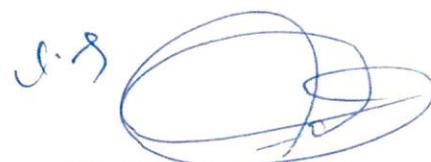
13. Instrumentos Financeiros

Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

13.1. Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:



PRESENTE
EM REUNIÃO DE:

Ativos e passivos correntes	2017			2016		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Clientes	8 499,17	7 433,21	1 065,96	11 705,95	5 529,46	6 176,49
Outras contas a Receber	49 538,50	0,00	49 538,50	49 538,50	0,00	49 538,50
Total do Ativo	58 037,67	7 433,21	50 604,46	61 244,45	5 529,46	55 714,99
Passivos						
Fornecedores	198 646,38	0,00	198 646,38	238 207,41	0,00	238 207,41
Outras Contas a Pagar	21 087,33	0,00	21 087,33	21 837,36	0,00	21 837,36
Total do Passivo	219 733,71	0,00	219 733,71	260 044,77	0,00	260 044,77



13.2. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumul. das Dívidas dos Clientes	%
Mora mais de 24 Meses	7 433,21	7 433,21	100%
Total	7 433,21	7 433,21	

13.3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2017	2016
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos à ordem	427 823,11	351 883,65
Outros depósitos bancários	2 000,00	2 000,00
Total	430 383,11	354 443,65






14. Benefícios de Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2017	2016
Remunerações	151 259,41	152 438,85
Encargos sobre remunerações	33 356,38	32 520,57
Seguros de acidentes de trabalho	3 230,85	2 791,95
Outros gastos	2 074,28	2 582,10
Total	189 920,92	190 333,47

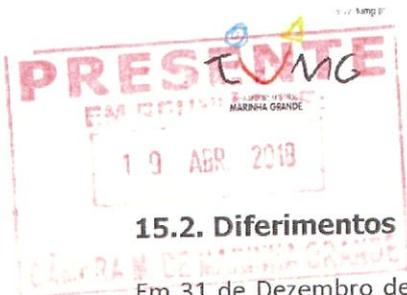
15. Outras Informações

15.1. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	2017	2016
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento/Pagamento por Conta	2 656,38	996,77
Imposto sobre o Rendimento/A Recuperar	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Recuperar	58 526,14	66 674,00
Total	61 182,52	67 670,77
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	6 926,10	3 050,39
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	2 176,08	2 419,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	4 696,07	3 112,76
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	632,91	1 595,37
Total	14 431,16	10 187,52





15.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2017 Corrente	2016 Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	1 710,72	846,18
Seguros	0,00	0,00
Total	1 710,72	846,18
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	1 889,19	2 359,68
Total	1 889,19	2 359,68

15.3. Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais Próprios	2017	2016
Capital próprio		
Capital Realizado	338 000,00	338 000,00
Reservas Legais	35 969,68	34 957,67
Resultados Transitados	285 239,48	276 127,48
Resultado Líquido do Período	24 171,14	10 124,01
Total	683 380,30	659 209,16

15.4. Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
19 ABR 2018

Lei n.º 50/2012	2014	2015	2016	2017
Alínea a)				
Vendas/Prestação de Serviços	475.635,20 €	468.965,75 €	441.799,85 €	454.022,36 €
Gastos Totais	873.587,74 €	890.621,40 €	878.657,78 €	872.830,14 €
% (V+PS/Gastos Totais)	54%	53%	50%	52%
Alínea b)				
Subsídios	449.062,66 €	423.216,81 €	440.832,57 €	438.730,41 €
Receitas Totais	976.010,76 €	895.421,82 €	888.781,79 €	897.001,28 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	46%	47%	50%	49%
Alínea c)				
Resultado Operacional	101.036,61 €	5.511,95 €	13.327,95 €	31.097,22 €
Alínea d)				
Resultado Líquido	77.610,97 €	4.800,42 €	10.124,01 €	24.171,14 €

Marinha Grande, 23 de março de 2018

CC n.º 10 677



Fernando J. Carvalho

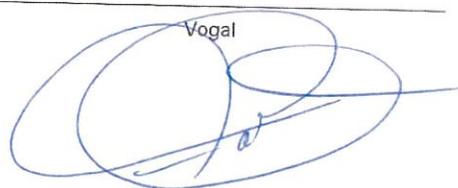
Conselho de Administração

Presidente



Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Vogal



Maria de Fátima Malessa Cardoso



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2017

Exmo. Accionista Único

da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA

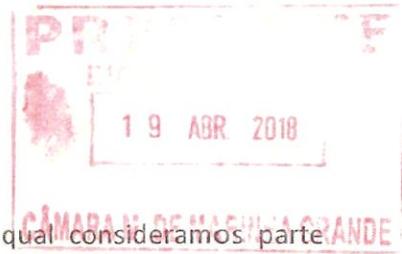
De acordo com o disposto alínea j) do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e subsequentes alterações, e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como à verificação dos valores patrimoniais da empresa e por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

1

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.



Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da empresa, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Accionista Único,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e subsequentes alterações, do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2017;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

2

Marinha Grande, 29 de Março de 2018

Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SROC n.º 218 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 919.434,36 euros e um total de capital próprio de 683.380,30 euros, incluindo um resultado líquido de 24.171,14 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

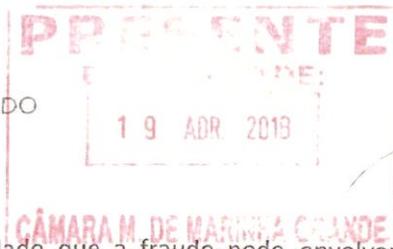
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

1

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.





RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

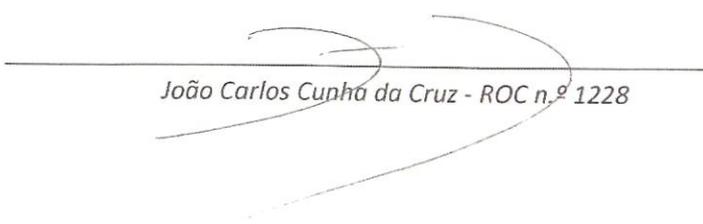
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marinha Grande, 29 de Março de 2018

Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SROC n.º 218 representada por:


João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228